

REFLEXÕES SOBRE O MARXISMO E A QUESTÃO RACIAL¹

[Destaques, para comentário e debate]²

Augusto Cezar Buonicore³

I- RACISMO: A IDEOLOGIA DO COLONIALISMO

O preconceito contra outros povos e outras culturas é tão antigo quanto a própria humanidade. Para os gregos, por exemplo, bárbaros (ou seja, inferiores) eram todos aqueles que não pertencessem à sua cultura e nem falassem sua língua. Mais tarde, os romanos, então senhores do mundo, consideravam bárbaros aqueles que se encontravam para além das fronteiras do seu Império – fossem eles brancos ou não-brancos. Durante o período feudal esse preconceito recaiu sobre os não-cristãos: judeus e muçulmanos particularmente. A partir de então, a cor da pele acabou ganhando maior projeção na distinção entre os povos. Afinal, os povos de África, Ásia e América eram não-brancos e não-cristãos. Por isso, os povos nórdicos – tidos como arianos – foram saindo da lista de povos considerados bárbaros (e inferiores) e assumindo um lugar ao lado daqueles que se consideravam civilizados. Mais tarde, eles próprios passaram a se considerar uma fração superior da “raça” branca.

Neste capítulo não trataremos do racismo em geral, e sim do que chamamos “racismo moderno”. Marx e Engels, no seu famoso *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, falavam da “indústria moderna”, do “Estado moderno” etc. Todos estes nascidos com o desenvolvimento do capitalismo na primeira metade do século XIX. O “racismo moderno” foi, justamente, aquele que se desenvolveu ao lado da expansão mundial do sistema capitalista.

No final do século XVIII, a Revolução Francesa pôs abaixo as velhas estruturas econômicas, políticas e sociais feudal-clerical-absolutistas. Com elas, pareciam, irremediavelmente, derrotados os preconceitos predominantes durante todo o período feudal – entre eles, o da existência de uma desigualdade inata entre os homens, determinada por Deus. Os ideais da grande revolução foram: liberdade, igualdade e fraternidade. “O homens nasciam livres e iguais” e assim deveriam permanecer, afirmavam os filósofos e políticos revolucionários. Parecia que o tempo de obscurantismo e de preconceitos havia desaparecido, pelo menos onde a revolução havia feito o seu trabalho profilático.

Segundo o intelectual comunista Georg Lukács, no seu clássico *O Assalto à Razão*, “a teoria racista – sob sua forma incipiente e primitiva – foi cientificamente liquidada nos tempos da Revolução francesa” e mesmo “durante a primeira metade do século XIX o racismo não chegou a alcançar uma influência ideológica digna de menção”.

A radicalidade assumida por sua própria revolução acabou assustando a burguesia, que resolveu dar um basta aos abusos igualitaristas. O processo revolucionário conheceu um lento refluxo e a contrarrevolução foi se impondo. O primeiro ato da tragédia aconteceu em 1794, com a derrota dos jacobinos, chefiados por Robespierre. O segundo, em 1799, com o golpe de Estado de Napoleão Bonaparte. No entanto, ainda sob Napoleão, alguns ideais da revolução sobreviveriam na França. Este país continuava sendo a vanguarda política da Europa, quando comparado à Rússia czarista, a Áustria, Espanha, Portugal e aos pequenos Estados que compunham o que hoje conhecemos como Itália e Alemanha.

Em 1814, com a derrota militar de Napoleão para uma coligação arquirreacionária, foi aberta uma nova fase conservadora na Europa e os ideais da Revolução de 1789 foram sufocados. Nem mesmo a retomada da ofensiva revolucionária em 1830 e 1848 conseguiu restituir àqueles ideais o mesmo esplendor. A própria burguesia havia abandonado seu projeto revolucionário e tendia a fazer acordos com as antigas classes dominantes: os latifundiários feudais.

¹ In: BUONICORE, Augusto C. **Marxismo, história e revolução brasileira: encontros e desencontros**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009. Capítulo 5.

² Trechos Selecionados pela direção da Escola Nacional do PCdoB, para discussão em ambiente virtual, como parte das atividades preparatórias ao Curso de Nível III (Aprofundamento de conceitos do Marxismo-Leninismo). **Recomenda-se a leitura da íntegra do capítulo.**

³ Historiador, secretário-geral da Fundação Maurício Grabois e professor da Escola Nacional do PCdoB.

Mas, qual a razão dessas mudanças? É que agora a burguesia tinha diante de si, ameaçador, o proletariado revolucionário. O ano de 1848 foi emblemático nesse sentido. Após a Revolução de fevereiro – de “todas as classes e de todas as cores” – eclodiu em Paris uma revolução nitidamente operária, que acabou sendo derrotada num banho de sangue poucas vezes visto. Um dos resultados dos conflitos cada vez mais agudos entre as classes e frações de classes foi o golpe de Estado de Luís Bonaparte em 1852 e depois a restauração monárquica – dessa vez a serviço da expansão do capitalismo e do colonialismo francês.

Em 1871, novamente, a capital francesa foi sacudida pelos operários revolucionários que instituíram, pela primeira vez, um poder de caráter popular e socialista que ficou conhecido como Comuna de Paris. Esta experiência durou pouco tempo e também foi esmagada pela burguesia coligada. Por isso, entre 1848 e 1871, as burguesias dos países capitalistas centrais abandonaram qualquer veleidade revolucionária e progressista.

Acompanhando, e impulsionando, esse processo de direitização das elites europeias estava a retomada do projeto colonial, sobre novas bases. O capitalismo, precisando de novas fontes de matérias-primas e de mercados para seus produtos, voltou-se para os continentes africano e asiático. A própria América Latina não ficou de fora dos seus planos expansionistas. Entre 1861 e 1866 as potências europeias, especialmente a França, promoveram uma guerra contra o México e impuseram-lhe um imperador europeu, Maximiliano I.

Nesse momento é que começaram a ganhar força, novamente, as ideias racistas. Mas, a ideologia racista da segunda metade do século XIX não poderia ter por base os mesmos elementos da ideologia racista da antiguidade ou da Idade Média. Era preciso que se revestisse de uma roupagem nova, científica, adequada à época de expansão da indústria e da técnica. Segundo Thomas Skidmore, “um tal corpo de pensamento racista sistemático não existia na Europa de 1800. Por volta de 1860, todavia, as teorias racistas tinham obtido o beneplácito da ciência e plena aceitação por parte dos líderes políticos e culturais dos Estados Unidos e da Europa”.

[...]

II- RACISMO E CIÊNCIA NO BRASIL

As ideias pseudocientíficas predominantes na Europa na segunda metade do século XIX influenciaram fortemente a intelectualidade brasileira até a década de 1930. As ideologias racistas, transvestidas de ciência, serviram para justificar as restrições à cidadania da grande maioria do nosso povo, composta de pessoas não brancas, e buscaram transformar aquilo que seria uma consequência nefasta do nosso processo de desenvolvimento histórico-social em coisa natural. Naturalizavam assim a nossa miséria, jogando a culpa nas costas da natureza e do próprio povo, que seria composto por raças e sub-raças inferiores. A igualdade entre os homens, inclusive a formal, passou a ser considerada uma utopia – um sonho irrealizável.

1. Nina Rodrigues: o negro como marginal

O primeiro grande cientista brasileiro a incorporar as teses racistas modernas foi Nina Rodrigues (1862-1906). Ainda em 1888, ano da Abolição da escravatura, escreveu: “A igualdade é falsa, a igualdade só existe nas mãos dos juristas”. Poucos anos depois, em 1894, publicou um ensaio sobre a relação entre as raças humanas e o Código Penal, no qual defendeu a tese segundo a qual deveriam existir códigos penais diferentes para raças diferentes. No Brasil, por exemplo, o estatuto jurídico do negro devia ser o mesmo de uma criança. Essa teoria é particularmente nefasta, pois apareceu no momento em que os negros recém-libertados lutavam para ocupar um lugar na sociedade de classes como cidadãos portadores de plenos direitos.

Nina Rodrigues era professor de medicina legal na Bahia e foi um dos introdutores da antropologia criminal, da antropometria e da frenologia no país; ou seja, introduziu aqui o que existia de pior na Europa e Estados Unidos. Em 1899 publicou *Mestiçagem, Degenerescência e Crime*, procurando provar suas teses sobre a degenerescência e tendências ao crime dos negros e mestiços. Os demais títulos publicados também não deixam dúvidas sobre seus objetivos: “Antropologia patológica: os mestiços”, “Degenerescência física e mental entre os mestiços nas terras quentes”. Para ele, o negro e os mestiços se constituíam em chagas da nossa nacionalidade.

Sua grande obra foi *Os Africanos no Brasil*, coletânea de textos escritos entre 1890 e 1905 – publicada postumamente. Estes foram os primeiros grandes estudos sociológicos sobre a presença negra na cultura brasileira e, contraditoriamente, os mais importantes trabalhos baseados no chamado racismo científico publicados no final do século XIX e início do século XX. Logo na Introdução procurou desfazer a falsa

concepção existente sobre os negros brasileiros, construída pelo movimento abolicionista. Escreveu ele: “Para dar-lhe (a escravidão) esta feição impressionante foi necessário ou conveniente emprestar ao negro a organização psíquica dos povos brancos mais cultos (...). O sentimento nobilíssimo de simpatia e piedade, ampliado nas proporções duma avalanche enorme na sugestão coletiva de todo um povo, ao negro havia conferido (...) qualidades, sentimentos, dotes morais ou ideias que ele não tinha e que não podia ter; e naquela emergência não havia que apelar de tal sentença, pois a exaltação sentimental não dava tempo nem calma para reflexões e raciocínios”.

Para ele, seria preciso separar a simpatia pelos negros que haviam sido escravizados e a ciência: “Os destinos de um povo não podem estar à mercê das simpatias ou dos ódios de uma geração. A ciência, que não conhece estes sentimentos, está no seu pleno direito exercendo livremente a crítica e a estendendo com a mesma imparcialidade a todos os elementos étnicos de um povo (...). Se conhecemos homens negros ou de cor de indubitável merecimento e credores de estima e respeito, na há de obstar esse fato o reconhecimento dessa verdade – que até hoje não puderam os negros constituir em povos civilizados”.

No mesmo sentido escreveu: “A Raça Negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros de seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo”. Por isso mesmo enaltecia aqueles que destruíram Palmares, pois haviam colocado um fim na “maior das ameaças à civilização do futuro povo brasileiro: esse novo Haiti, refratário ao progresso e inacessível à civilização, que Palmares vitorioso teria plantado no coração do Brasil”.

Segundo o renomado cientista baiano, a inferioridade do negro – e das raças não-brancas – seria “um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões e seções”. No Brasil, os arianos deveriam cumprir a missão de não permitir que as massas de negros e mestiços pudessem interferir nos destinos do país. “A civilização ariana está representada no Brasil por uma fraca minoria da raça branca a quem ficou o encargo de defendê-la (...) (dos) atos antissociais das raças inferiores, sejam estes verdadeiros crimes no conceito dessas raças, sejam, ao contrário, manifestações do conflito, da luta pela existência entre a civilização superior da raça branca e os esboços de civilização das raças conquistadas ou submetidas”. Talvez, nunca antes alguém tenha defendido com tanta ênfase a repressão aberta e o controle social sobre as camadas populares, representadas pelas populações não-brancas. A grande ironia foi o fenótipo de Nina Rodrigues não ter conseguido esconder sua descendência africana, portanto, sua condição de mestiço.

As ideias de Nina Rodrigues tiveram grande aceitação social e influenciaram fortemente toda uma geração de cientistas e intelectuais brasileiros, inclusive escritores progressistas como Euclides da Cunha. A sua monumental obra *Os Sertões* está impregnada pelo espírito da época. Somente a capacidade daquele grande jornalista brasileiro pôde, em contato com a saga dos sertanejos de Antônio Conselheiro, extrair conclusões que contradiziam seus pressupostos teóricos e ideológicos. Essa contradição está exposta claramente em uma de suas conclusões: “O sertanejo é antes de tudo um forte”.

2. Oliveira Vianna: O racismo decadente

Oliveira Vianna (1883-1951) foi professor da faculdade de direito do Rio de Janeiro e, em 1920, iniciou a publicação do seu primeiro e mais importante trabalho *Populações Meridionais do Brasil*. Logo em seguida elaborou o ensaio de apresentação do censo oficial de 1920, *Evolução do Povo Brasileiro*. Estas duas obras o projetaram no cenário intelectual brasileiro. Após a Revolução de 1930 foi indicado para consultoria jurídica do Ministério do Trabalho e ajudou na elaboração da nova legislação sindical e trabalhista.

Ele foi o último grande expoente do racismo pseudocientífico brasileiro. No seu primeiro livro não deixou dúvidas sobre quais eram suas referências teóricas mais importantes: “o grande Ratzel” e “os gênios possantes e fecundos” dos Gobineau e Lapouge (ambos racistas). Vianna foi, essencialmente, um apologista das oligarquias rurais brasileiras, procurando reconstruir idealmente como teriam sido os primeiros colonizadores. Entre outras coisas, escreveu: “Pela elevação dos sentimentos, pela hombridade, pela altivez, pela dignidade, mesmo pelo fausto e fortuna que ostentam, esses aristocratas, paulistas ou pernambucanos, mostram-se muito superiores à nobreza da própria metrópole. Não são eles apenas homens de cabedal (...) são também espíritos do melhor quilate intelectual e da melhor cultura. Ninguém excede nos primores do bem falar e do bem escrever. Sente-se na sua linguagem ainda aquele raro sabor de vernaculidade, que na

Península parecia já haver se perdido. Pois é aqui, na colônia (...) que os filhos de Lisboa vêm aprender aqueles bons termos, que já lhes falavam, e com os quais se fazem, no trato social, pedidos e distintos”. Em *Evolução do Povo Brasileiro* lançou a tese de que os bandeirantes paulistas eram perfeitos arianos: altos, fortes, loiros e de olhos claros. Essas descrições sobre o passado das elites tradicionais brasileiras não passavam de puras fantasias reacionárias.

Segundo ele, o país seria o resultado da vontade e da energia das elites brancas, racialmente superiores. Os negros e índios, por outro lado, não haviam dado “nenhum elemento de valor” à nossa formação histórica e cultural. Uns e outros se tornaram “massa passiva e improgressiva” sobre a qual trabalhou “nem sempre com êxito, a ação modeladora da raça branca”. A missão de conduzir o Brasil rumo à civilização caberia apenas “aos arianos puros, com o concurso dos mestiços superiores e já arianizados”, pois somente eles, “de posse dos aparelhos de disciplina e educação”, poderiam dominar “essa turba uniforme e pululante de mestiços, mantendo-a, pela compressão social e jurídica, dentro das normas da moral ariana”.

Assim, a apologia da raça ariana foi acompanhada pelo desprezo quase genocida pelas camadas populares compostas por não-brancos. Não teve vergonha de afirmar: “os preconceitos de cor e sangue que reinavam tão soberanamente na sociedade do I, II e II séculos tiveram uma função verdadeiramente providencial. São admiráveis aparelhos seletivos que impediram a ascensão até as classes dirigentes desses mestiços inferiores, que formigavam nas subcamadas da população dos latifúndios”. Teríamos escapado da sina de nos transformar num grande Haiti. Para ele, os negros possuíam “fisionomia repulsiva, faces trogloditas”. Novamente, temos aqui uma trágica ironia da ciência racista no Brasil. Oliveira Vianna, tal como Nina Rodrigues, era descendente de africanos, um típico mestiço brasileiro.

Oliveira Vianna, no entanto, não deixa de ser uma figura anacrônica. Foi o ideólogo do racismo, quando este já começava a ser questionado nos países capitalistas centrais e quando já se encaminhava para a publicação o livro *Casa Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre. Como afirmou Dante Moreira Leite, “a obra de Oliveira Vianna não resiste a qualquer crítica, por mais benevolente que o leitor procure ser”, pois ele “não tinha dotes de observador ou de teórico. O que nele parece teoria é imaginação gratuita, grosseira deformação dos fatos e teorias alheias”.

O seu reacionarismo pode ser medido por sua posição em relação à Abolição da escravatura. Ao contrário de Nina Rodrigues, que a considerava algo positivo, Vianna descreveu-a como um acontecimento essencialmente negativo. A Lei Áurea teria concorrido para “retardar a eliminação do negro puro, pois a escravidão teria feito desaparecer mais rapidamente”. Embora, contraditoriamente, ele houvesse afirmado: “o Estado de degradação em que caíram depois da Abolição, e em que atualmente vivem, mostra que o regime da escravidão não era tão bárbaro e desumano como fizeram crer o romantismo filantrópico dos abolicionistas”. Quer porque eliminasse a população negra quer porque impedisse que ela caísse na degradação, a escravidão parecia alguma coisa fundamentalmente positiva.

3. Miscigenação e racismo: o branqueamento

O racismo brasileiro sempre foi eclético. Existiam duas grandes correntes que, muitas vezes, se inter cruzavam. A primeira, racista-segregacionista, condenava toda e qualquer ideia de miscigenação racial. Essa, em geral, conduzia a uma visão pessimista sobre o futuro do Brasil. A segunda apostava suas fichas no processo de miscigenação, visando a solucionar o chamado problema negro. Esta, pelo contrário, tendia a ser mais otimista em relação às possibilidades futuras do país, enquanto integrante da civilização ocidental e cristã. O seu otimismo residia na esperança de que a miscigenação não levaria necessariamente à constituição de um povo degenerado (de pele escura), e sim de um povo superior, aos moldes europeus. Esta vertente foi dominante nos 30 primeiros anos do século XX.

João Batista de Lacerda, diretor do Museu Nacional e representante brasileiro no I Congresso Universal de Raças, realizado na cidade de Londres em 1911, expressou de maneira exemplar esse segundo tipo de racismo – um racismo verdadeiramente à brasileira. Na sua famosa conferência afirmou: “já se viram filhos de *métis* (mestiços) apresentarem, na terceira geração todos os caracteres físicos da raça branca” e por isso seria “lógico esperar que no curso de mais um século tenham desaparecido do Brasil. Isso coincidirá com a extinção paralela da raça negra em nosso meio”. Dois anos depois um conceituado político e escritor paulista chamado Martins Francisco Ribeiro de Andrade escreveu: “Em São Paulo, por exemplo, graças ao clima e a uma série de fatores antropológicos, o sangue negro desaparecerá na quinta geração”.

Imediatamente se instaurou uma polêmica entre políticos, cientistas e empresários brasileiros. Muitos consideraram que a previsão do representante brasileiro era muito pessimista. Cem anos era muito tempo

para a eliminação completa dos negros. Outros achavam a previsão demasiadamente otimista. Silvio Romero apostou que levaria ainda “uns seis ou oito (séculos), se não mais” para extinção do elemento negro na sociedade brasileira. No entanto, para todos eles, o desaparecimento dos negros seria apenas uma questão de tempo. O branqueamento era um processo irreversível – caso se impedisse a entrada de mais negros no país e continuassem sendo mantidos os altos índices de mortalidade desse segmento da população.

Um visitante ilustre, o ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt, que esteve entre nós entre 1913 e 1914, escreveu: no Brasil, “o ideal principal é o do desaparecimento da questão negra pelo desaparecimento do próprio negro, gradualmente absorvido pela raça branca (...). A enorme imigração europeia tende, década a década, a tornar o sangue preto um elemento insignificante no sangue de toda a nação. Os brasileiros do futuro serão, no sangue, mais europeus ainda do que o foram no passado”. Buscando não ferir a suscetibilidade das elites brasileiras, ele reprovou a ideia de que o brasileiro fosse um povo de negros e mestiços, pois ele na verdade seria “um povo branco, pertencente à raça do mediterrâneo (...), às grandes e velhas raças civilizadas dos espanhóis e italianos”. Talvez aqui ele cometesse um erro bastante comum entre os presidentes norte-americanos: confundir o Brasil com a Argentina.

Mas, se errou quanto ao país acertou em cheio ao definir a ideologia racial dominante por aqui. Notou que esse processo de branqueamento era “aplaudido calorosamente pelos mais autorizados estadistas do país”. Em conversa com um deles ouviu uma crítica à política segregacionista norte-americana: “Vocês dos Estados Unidos conservam os negros como elemento inteiramente separado (...). Permanecerão como ameaça à sua civilização, ameaça permanente e talvez, depois de mais algum tempo, crescente. Entre nós a questão tende a desaparecer porque os próprios negros tendem a desaparecer e ser absorvidos (...). Não tenho por perfeita a nossa solução, mas julgo-a melhor que a sua”.

Outro observador norte-americano, crítico da segregação racial existente em seu país, escreveu, comovido, sobre a original experiência brasileira: “Uma honesta tentativa está sendo feita aqui para eliminar os pretos e pardos pela infusão do sangue branco (...). Este país revelará um dia ao mundo inteiro o único método existente de interpenetração racial, o único que evitará guerras raciais e derramamento de sangue”. Um dos personagens do romance *A Esfinge*, de Afrânio Peixoto, publicado no mesmo ano do I Congresso Universal Sobre as Raças, afirmava: “Em trezentos anos mais, seremos todos brancos; não sei que será dos Estados Unidos, se a intolerância saxônia deixar crescer, isolado, o núcleo compacto de seus doze milhões de negros”. Para esse mesmo personagem o futuro do Brasil seria radioso, pois “pertenceria a um povo sentimental e inteligente, digno dessa terra e do tempo em que vive”. Essa qualidade moral seria fruto da miscigenação, mas esse povo de grandes qualidades deveria, necessariamente, ser branco.

Existiam também ideólogos do branqueamento que apostavam suas fichas na imigração europeia e viam com desconfiança a miscigenação. Azevedo Amaral – ideólogo do Estado Novo – era um deles. Mesmo após 1937 escreveria: “A entrada de correntes imigratórias de origem europeia é realmente uma das questões mais importantes na fase de evolução que atravessamos e não há exagero afirmar-se que o número de imigrantes da raça branca que assimilarmos nos próximos decênios depende literalmente o futuro da nacionalidade (...). É claro que somente se tornará possível assegurar a vitória étnica dos elementos representativos das raças e culturas da Europa se reforçarmos o fluxo contínuo de novos contingentes brancos”. Isso representaria um “reforçamento de valores étnicos superiores de cujo predomínio depende as futuras formas estruturais da civilização brasileira”.

Entretanto, já no início do século XX, alguns intelectuais lúcidos submeteram o racismo de nossas elites a uma crítica mordaz, entre eles Manuel Bomfim. O intelectual sergipano escreveu: “Tal teoria (racista) não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes”. Afirmações como estas explicam por que um pensador tão avançado tenha sido marginalizado pelas elites políticas e intelectuais da época, que desposavam teorias anticientíficas assentadas em preconceitos sociais e de classe.

O crescimento de uma consciência antifascista na segunda metade da década de 1930 e a derrota das potências do eixo em 1945 – e a conseqüente expansão dos ideais democráticos e socialistas – não acabaram definitivamente com o racismo, mas puseram uma pá de cal na tentativa de dar-lhe uma base científica.

III- O MARXISMO E A QUESTÃO COLONIAL E RACIAL

Se existe uma grande confusão no seio das organizações da esquerda em torno do movimento negro ou antirracista, isso, em grande parte, se deve à pouca (ou nenhuma) atenção dada ao tema pelos clássicos do marxismo – refiro-me aqui especialmente a Marx e Engels. Uma lacuna mantida pelos seus herdeiros

teóricos mais importantes, como Kautsky, Plekhanov, Lênin e Gramsci. Portanto, o estudo entre nós da chamada “questão racial” é recente e problemático.

A “questão racial”, em geral, apareceu embutida, nos primeiros estudos marxistas como subproduto da questão colonial e nacional; ou seja, no estudo da dominação do imperialismo sobre os países africanos, asiáticos e latino-americanos. Por isso, talvez, fosse mais correto dizer que para os marxistas até o início do século XX a “questão racial” não se constituiu enquanto um problema político e teórico a ser resolvido.

[...]

3. A III Internacional, o colonialismo e o problema racial

Ao contrário de sua antecessora, a III Internacional (comunista), fundada em 1919, procurou ir rompendo com uma visão eurocêntrica do processo revolucionário mundial. Mesmo assim, alguns elementos daquela visão ainda teimavam em permanecer. O *Manifesto ao proletariado de todo o mundo*, aprovado quando da sua fundação, afirma: “a Europa socialista, por sua parte, socorrerá as colônias libertadas com suas técnicas, sua organização, sua influência moral, a fim de lograr a passagem a uma vida regularmente organizada pelo socialismo”. E concluía: “Escravos coloniais da África e Ásia: a hora da ditadura do proletariado na Europa soará para vocês como a hora de vossa liberação”. Novamente, o sucesso das revoluções nacional-libertadoras nos países coloniais aparecia vinculado a uma possível vitória da revolução socialista nos países capitalistas centrais que se acreditava iminente. Uma previsão que não se cumpriria.

Apesar dos esforços, a Internacional Comunista não podia abarcar regiões e países muito além daqueles já representados na velha organização internacional que falira. Por isso, nenhum representante da África e da América Latina participou da fundação da IC e nem assinou o *Manifesto* aprovado no seu 2º Congresso. Nos primeiros anos, o chamado mundo colonial esteve representado apenas por China, Coreia, Índia e Pérsia.

No entanto, naquele congresso foi aprovada a primeira tese comunista sobre a questão colonial, na qual se afirmava: “A obrigação de todos os partidos comunistas é de ajudar o movimento democrático-burguês de libertação desses países: o dever de prestar a ajuda efetiva se incumbe, em primeiro lugar, aos operários do país do qual, num sentido colonial e financeiro, depende a nação atrasada”. A necessária aliança com a chamada democracia burguesa nos países coloniais não devia levar os comunistas e o jovem movimento operário a perderem sua independência política e organizativa.

Apesar de ter conseguido rapidamente se expandir para Ásia, norte da África e América Latina – coisa que a II Internacional não havia conseguido fazer – IC não conseguiu criar e incorporar partidos comunistas ou revolucionários na África Negra. Até sua liquidação em 1943 ela não havia conseguido construir nenhum partido comunista naquela parte do planeta, à exceção da África do Sul. A IC não era mais eurocentrista, mas estava longe de representar os trabalhadores e os povos de todas as partes do mundo.

Após a Primeira Guerra Mundial, o problema racial nos Estados Unidos atingiu o seu clímax. Em 1910 já havia sido fundada a Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor (NAACP) – uma entidade que teria papel destacado na luta pelos direitos civis dos negros norte-americanos no século XX – e seu principal expoente foi W. E. B. Du Bois. Em 1919 ocorreu uma grande campanha nacional contra a prática de linchamentos e foi publicado o dossiê *Trinta anos de linchamento nos Estados Unidos*.

Nesse quadro de crescentes confrontos raciais foi possível se desenvolver a Associação Universal para Melhoria do Negro (UNIA), encabeçada por Marcus Garvey. Fundada na Jamaica em 1914, quatro anos depois já estava instalada em Nova Iorque e publicava o jornal *Negro World*. Para alguns estudiosos, a organização de Garvey chegou, no seu auge, a reunir cerca de três milhões de negros americanos – mostrando ter um grande apelo popular.

Garvey era pela afirmação do negro e pela elevação de sua autoestima. Segundo afirmava, a única saída para os negros seria abandonar os Estados Unidos e formar um reino próprio em território africano. Bradava: “Desperta, África! Trabalhem no sentido do glorioso objetivo de uma nação livre, redimida e poderosa. Que a África seja uma estrela brilhante entre as constelações das nações!”. Com o objetivo de expulsar os ocupantes brancos do “continente negro”, formou a Legião Africana Universal e, em 1922, anunciou o seu objetivo de formar um império africano do qual ele próprio seria o presidente. Contudo, em 1925, acabou sendo preso e dois anos depois foi expulso do país que tanto desprezava.

Em 1919 também havia se realizado em Londres o Primeiro Congresso Panafricano, encabeçado por Du Bois, e composto basicamente por lideranças negras norte-americanas e caribenhas. Ele seria um espaço

importante de articulação da militância negra internacional e impulsionaria o movimento pela libertação da África, embora a participação inicial de lideranças do próprio continente africano tivesse sido pequena.

Nesse ambiente, em 1922, um congresso da IC conseguiu debater e aprovar uma tese tratando especificamente da “questão negra”. Nela se afirmava: “A guerra mundial, a Revolução russa, os grandes movimentos protagonizados pelos nacionalistas da Ásia e muçulmanos contra o imperialismo despertaram a consciência de milhões de negros oprimidos pelos capitalistas, reduzidos a uma situação de inferioridade há séculos, não somente na África, mas quem sabe, ainda mais nos Estados Unidos”. O centro da ação dos negros revolucionários de todo o mundo deveria ser “a luta contra o capitalismo e o imperialismo” e na base desta luta deveria se organizar o movimento negro.

Os comunistas apresentaram, também, uma plataforma positiva para o movimento negro: “A Internacional lutará para assegurar aos negros a igualdade de raça, a igualdade política e social (...), utilizará todos os meios para conseguir que os sindicatos admitam os trabalhadores negros nas suas fileiras. Nos lugares onde estes últimos têm o direito nominal de filiar-se aos sindicatos, realizará propaganda especial para atraí-los. Se não conseguir, organizará os negros em sindicatos especiais e aplicará a tática de frente única para forçar os sindicatos a admiti-los em seu seio”. Para a IC, os Estados Unidos eram “o centro da cultura negra e da cristalização do protesto negro”. Por isso, segundo ela, a “história reservou aos negros dos Estados Unidos um papel importante na libertação de toda raça africana”. Por fim, ela aprovou a realização de uma conferência geral de negros em Moscou. Concluiu que nunca se realizaria.

No 5º Congresso, em 1924, o presidente da Internacional, Manuilski, fez uma dura crítica aos partidos comunistas da França e da Inglaterra. Afirmou que na França existiam 800 mil “nativos” e que o Partido Comunista nada estava fazendo para organizá-los e formar quadros para luta anticolonialista. Por outro lado, grande parte deles – 250 mil – estava sendo recrutada pelo Exército colonialista francês. Perguntou ele: “Acreditais que possam fazer a revolução se amanhã esses 250 mil estiverem contra vocês, do outro lado da barricada? Poderá a sua classe operária ganhar uma só greve se a burguesia dispuser de reservas negras, que poderá lançar a qualquer momento contra ela?”.

Manuilski criticou o fato de nas últimas eleições, dos sete candidatos indicados pelo PCF, nenhum ser “nativo”. “Por que”, continuou, “lançaram como candidatos somente representantes da raça dominante?”. Para ele, os comunistas ingleses seriam os mais afetados pelos preconceitos coloniais. “Em nenhum dos muitos documentos que examinamos”, afirmou, “encontramos uma só palavra da parte do Partido inglês que se declarasse resolutamente a favor da independência das colônias (...). Estamos muito reconhecidos por haver gritado no momento das intervenções contra a revolução russa: ‘Não toquem na Rússia!’”. A Internacional Comunista os felicitará muito mais no dia em que gritarem com todo vosso valor: ‘Deixem as colônias!’”.

Os representantes franceses reconheceram seus limites, mas refutaram várias das críticas desferidas por Manuilski, pois eles teriam tomado a iniciativa de agrupar os trabalhadores estrangeiros e nacionais num mesmo sindicato, feito propaganda anti-imperialista nas colônias e lançado vários jornais em língua árabe. Explicaram que havia fracassado a tentativa de lançar um candidato nativo que estava aprisionado, mas haviam lançado pela Federação do Senegal um comunista árabe. Por fim, afirmaram que a consigna de independência para as colônias se encontrava no programa eleitoral do partido. Os comunistas ingleses também relativizaram a crítica da Internacional.

Vários delegados usaram a palavra para se referirem especificamente ao “problema negro”, especialmente na América do Norte. Um dos representantes dos Estados Unidos, Jackson, chegou a afirmar: “Aos negros não se combate apenas como classe, mas também como raça. Até a burguesia negra (...) sofre perseguições; estão desenvolvendo uma cultura e uma psicologia particulares de negros (...). Os periódicos que convêm ao cérebro dos brancos não convêm ao dos negros. Os mesmos discursos, a mesma propaganda, as mesmas publicações não são suficientes. O negro não sente animosidade alguma contra o comunismo, mas quer saber de que modo satisfará este as suas necessidades particulares”. Outro delegado norte-americano, Amter, afirmou: “o problema negro é, em si, um problema de raça. Porém para o Partido francês e inglês e outros é principalmente um problema colonial. Os operários dos países imperialistas não se interessam pelo problema negro. Vivem generosamente dos lucros arrebatados pela burguesia das colônias e se opõem aos movimentos que tendem à libertação destas e ao melhoramento da sorte dos povos coloniais. Temem baixar o seu próprio nível de vida depois da libertação dos povos coloniais”.

Nesse período foi criado o Comitê de Defesa da Raça Negra, dirigido por Lamine Senghor, que buscava vincular a luta anti-imperialista com a luta pela libertação da África e contra a subjugação dos negros. Em 1927 ocorreu uma Conferência Internacional Anticolonial, sob os auspícios da Internacional

Comunista. Nela os delegados, encabeçados por Senghor, fizeram a denúncia do colonialismo e defenderam a URSS como “um exemplo histórico de união livre de nações e raças construídas sobre as ruínas do imperialismo e que ela é, naquele momento, a estrela-guia dos movimentos de libertação nacional”.

4. Os comunistas e o problema do negro sob o capitalismo

No 6º Congresso, realizado em 1928, não se apresentou uma tese específica sobre a questão negra, mas o tema das revoluções nas colônias apareceu com certa força. O “problema negro” foi incluído novamente no interior da tese sobre a questão colonial.

Podemos dizer que a formulação apresentava alguns avanços em relação aos textos aprovados em congressos anteriores. Em primeiro lugar por constatar que “as situações dos negros nos diferentes países são diferentes e por isso requerem um estudo concreto e uma análise concreta”. A IC dividiria os países que tinham problemas de relações raciais em três grandes grupos: 1º) Os Estados Unidos e alguns países sul-americanos onde uma compacta massa negra é uma minoria frente à população branca; 2º) a África do Sul onde os negros formariam uma maioria frente aos colonizadores brancos; e 3º) os Estados negros que seriam colônias ou semicolônias do imperialismo, como Libéria, Haiti, Santo Domingos e os países da África Central. Para cada um desses grupos caberia uma tarefa particular. É interessante o Brasil não ter sido citado explicitamente, mas no geral, incluído no primeiro grupo de países – pois, afinal, ele era o único da América do Sul que possuía uma população negra expressiva, senão majoritária.

Nos Estados Unidos a tarefa do partido consistia “na luta pela plena igualdade de direitos dos negros, pela eliminação de toda desigualdade social e política e todo tratamento desigual das raças. O Partido Comunista estava obrigado a levar a luta mais enérgica contra as exteriorizações do chauvinismo branco, e opor ativa resistência à lei de Linch, a intensificar seu trabalho entre o proletariado negro, a incorporar ao partido os elementos dos operários negros com consciência de classe, a lutar pela admissão dos negros em todas as organizações dos operários brancos (...) trabalhar entre as massas negras pequeno-burguesas, esclarecendo-as sobre o caráter utópico-reacionário das correntes pequeno-burguesas do tipo do garvismo e travar uma luta contra a influência destas correntes sobre o proletariado”. Para o Sul dos Estados Unidos era proposto levantar a consigna de “autodeterminação dos negros”. Esta fórmula, como veremos, será utilizada também para o Brasil.

O programa da Internacional, aprovado no mesmo congresso, fez uma dura crítica ao garvismo: ele, que “antes era a ideologia dos pequenos proprietários e operários negros nos Estados Unidos e que ainda hoje exerce certa influência sobre as massas negras, converteu-se também num obstáculo no caminho da evolução revolucionária. Depois de se haver pronunciado pelo princípio de igualdade social completa de direitos dos negros, transformou-se numa espécie de ‘sionismo’ negro, o qual, em vez da luta contra o imperialismo norte-americano, lançou a palavra de ordem ‘retorno à África’! Esta perigosa ideologia, sem qualquer princípio democrático autêntico, que sonha com os benefícios de um ‘reinado negro’, deve ser fortemente combatida, pois não só não fomenta, mas, pelo contrário, é um obstáculo à luta libertadora das massas negras contra o imperialismo norte-americano”.

Naquele ano foi fundada a secretaria africana e de negros na Internacional Comunista. Criou-se também o Comitê do Sindicato Internacional dos Trabalhadores Negros e lançou-se o jornal *O Trabalhador Negro*, voltado para sindicalistas africanos e negros dos países capitalistas. Quando foram constituídos esses comitês não havia nenhum negro representando a África subsaariana, nem o próprio representante da África do Sul era negro. Por isso a saída encontrada foi indicar um negro nascido em Trinidad Tobago, militante do Partido Comunista dos Estados Unidos e que nunca havia estado no continente africano, como representante dos negros africanos na direção da organização. Seu nome é George Padmore.

Após ser indicado para a função passou a viver maior parte do tempo em Berlim – onde se localizava o escritório da IC – até que, em 1933, com a ascensão do nazismo, foi preso e obrigado a se refugiar na URSS. A própria indicação de Padmore refletia a pouca influência do comunismo na África Negra e traduziria o pouco conhecimento da história e das particularidades dos povos africanos. Dentro dos estreitos esquemas teóricos dominantes na época todos esses povos foram rapidamente catalogados como comunidades primitivas – sem classes e sem Estado – e definidos como “povos sem história”. A favor da Internacional Comunista estava o fato de a história da África e de suas inúmeras (e complexas) civilizações ser praticamente desconhecida até então.

Entre 1934 e 1935, quando ocorreu uma alteração substancial na estratégia da IC – pela qual rompeu-se com a linha esquerdista de “classe contra classe” e passou a se propugnar a política de frentes populares

contra o nazifacismo –, houve uma ruptura com Padmore e outros dirigentes negros que lutavam pela libertação das colônias africanas. O problema central foi o fato de a Alemanha e o Japão não terem colônias na África, mas a Inglaterra e França tinham e os Estados Unidos continuavam sendo um dos países mais racistas do mundo. Para eles, erroneamente, não havia por que considerá-los melhores que a Alemanha ou a Itália.

Padmore abandonou Moscou e mudou-se para Londres, onde começou a participar ativamente do movimento Panafricanista. Tornou-se um crítico ácido do marxismo, assumindo posições francamente anticomunistas. Escreveu o livro *Panafricanismo ou comunismo?*, no qual chegou a afirmar: “Somente uma força é capaz de deter o comunismo na Ásia e na África, o nacionalismo dinâmico assentado num programa socialista de industrialização”. Assim ele pretendeu ganhar as grandes potências capitalistas para a causa da independência africana e isso foi compreendido muito bem por vários líderes do “mundo livre”.

Muitas das críticas elaboradas por segmentos do movimento negro ao comunismo eram justas, especialmente quanto à pouca atenção dada ao problema racial e, como consequência, as soluções inadequadas oferecidas a ele. Mas, sem dúvida, graças ao papel decisivo desempenhado pela URSS, e pelo movimento comunista internacional, na derrota definitiva do nazifacismo, se conseguiu abrir uma nova correlação de forças internacional que enfraqueceu – e aniquilou – o colonialismo e criou as melhores condições para luta antirracista em todo o mundo.

IV- O PARTIDO COMUNISTA E O PROBLEMA RACIAL NO BRASIL

Um dos primeiros vereadores do Partido Comunista do Brasil e o seu primeiro candidato à presidência da República (1930) foi o operário negro Minervino de Oliveira. E o primeiro negro “retinto” a ser eleito deputado federal, o operário comunista Claudino Silva, que participou do processo constituinte de 1946. Coube também a um deputado comunista, Jorge Amado, apresentar a emenda constitucional que garantiu ampla liberdade religiosa no país, permitindo que os cultos afro-brasileiros pudessem sair da ilegalidade. Por fim, foi de outro deputado comunista negro, Haroldo Lima, a proposta de colocar o 20 de novembro no calendário oficial da República, como dia nacional da consciência negra. No entanto, isso não resolve o débito dos comunistas em relação à elaboração teórico-política em torno da “questão racial” no Brasil. Sobre esse débito trataremos nesta parte deste capítulo.

O movimento operário nos primeiros anos do século XX, hegemônico pelos anarquistas, não deu atenção especial ao problema racial nem incorporou as reivindicações específicas dos trabalhadores negros. O Partido Comunista do Brasil (PCB), como herdeiro dessa tradição, no seu congresso de fundação e mesmo nos seus primeiros anos de vida, também não colocou a luta pela igualdade racial entre suas bandeiras.

Em 1926, quatro anos depois de sua fundação, foi publicada a primeira obra que buscava realizar uma interpretação marxista-leninista da sociedade brasileira: *Agrarismo e Industrialismo*, e seu autor foi o jovem dirigente comunista Octávio Brandão. Nesse ensaio é possível observar com que perplexidade a esquerda ainda encarava a questão racial entre nós. Nele podemos ler, entre outras coisas, que no Brasil o “homem, como a terra, ainda estavam em formação” e “não havia brasileiro – um tipo definido” e sim “uma mistura desordenada de raças e sub-raças”. Para ele, “o duplo caos da terra e do homem projeta-se sobre numerosos aspectos da vida nacional”. Em outra passagem afirmou: “Eis o que é o Brasil. País estapafúrdio, onde os extremos se chocam diariamente, onde as coisas mais incríveis são realizáveis (...) país do absurdo e do confusãoismo. Tudo isto pesando sobre os nossos ombros e procurando desorientar os nossos cérebros. Mas, felizmente, tudo isto caminhando para a separação dos elementos díspares, para a clarificação das classes e ideologias”. A angústia de Brandão era a mesma que o escritor Euclides da Cunha havia expressado no seu monumental *Os Sertões*, publicado década antes. O positivismo, ainda dominante, os impedia de entender plenamente a complexa realidade social e cultural brasileira.

No final de 1929, outro importante intelectual comunista, Astrojildo Pereira, escreveu uma belíssima resenha da obra *Populações meridionais do Brasil*, de Oliveira Vianna, intitulada *Sociologia ou apologética*. Esta, talvez, tenha sido a melhor coisa produzida no campo da crítica marxista até então. O autor desnudou o objetivo central daquela obra, que seria “justificar, histórica, política e socialmente, o domínio dos fazendeiros, dos grandes proprietários de terras, daquilo que o autor chama, com admiração, a ‘aristocracia rural’”. A obra *Populações meridionais* foi, na verdade, uma “apologética, vazada em estilo colorido e cantante, com um vistoso verniz científico, do que de sociologia, de análise objetiva, de estudo realista”.

Vianna, para construir sua tese arqui-conservadora, buscou demonstrar que: 1º) “a luta de classes em nada contribuiu para a formação do povo brasileiro; que não há, entre nós, a traição da luta de classes,

portanto é um fenômeno social antibrasileiro”; e 2º) o Estado brasileiro estava “acima das classes”. As duas afirmações serviriam para manter o *status quo* oligárquico.

Com maestria Astrojildo utilizou as próprias informações contidas nessa obra para demonstrar a centralidade da luta de classe na formação e no desenvolvimento da sociedade brasileira. Inclusive, nos ofereceu uma interpretação rica sobre esse processo – muito superior à existente no seio da III Internacional. Escreveu ele: “A luta de classes manifesta-se por formas diversíssimas. Ela provoca diferenciações e contradições internas, dentro de uma mesma classe, de onde surgem subclasses, subdivisões, categorias e grupos antagônicos; assim como, em sentido contrário, propicia acercamentos, alianças, acordos entre subclasses e categorias sociais diferentes. São movimentos táticos, conscientes ou não, sempre ditados pelo jogo dos interesses em causa”.

Contraopondo-se a Oliveira Vianna fez uma homenagem a Zumbi de Palmares, “o nosso Espartacus”, mostrando a superioridade moral dos palmarinos, quando comparados com os bandeirantes: “A República dos Palmares forma uma das mais belas páginas da história do Brasil, e Zumbi é o tipo magnífico, que os historiadores do futuro (...) hão de colocar muito acima dos Vieira Melo, Domingos Jorge e os outros ‘heróis’ da aristocracia rural”.

Apesar disso, Astrojildo acabou passando ao largo de um dos aspectos mais notórios da obra de Vianna: o seu racismo. E foi justamente este uma dos principais justificativas ideológicas para sua defesa apaixonada da manutenção do poder político e econômico nas mãos das oligarquias agrárias de descendência europeia. Essa apreensão, no entanto, somente poderia ter sido feita se a “questão racial” tivesse entrado na agenda dos comunistas brasileiros.

Somente num *Manifesto* do PCB, publicado às vésperas da Revolução de 1930, encontramos uma pequena referência aos trabalhadores negros. Mesmo assim ela só aparece nas palavras-de ordem: “Trabalhadores negros! – a vossa escravidão continua! Lutai em conjunto com outros trabalhadores contra a exploração feudal, por vossa libertação definitiva!”. Não há até aqui nenhuma bandeira específica contra a discriminação racial.

A referência aparece novamente no documento que apresentava a plataforma dos comunistas para a eleição da Assembleia Nacional Constituinte em 1934. Nele se pregava a “igualdade absoluta de direitos econômicos, políticos e sociais sem nenhuma distinção de cor ou nacionalidade”. Esse item aparece, porém, quando se tratava das reivindicações das nacionalidades e das minorias nacionais oprimidas – o que, evidentemente, não era o caso da população negra e mestiça que representavam a maioria do povo brasileiro, e não se constituíam – sob nenhum ponto de vista – em nacionalidades à parte.

A partir desse referencial teórico-político falso os comunistas apresentaram a proposta exótica de se lutar pelo “amplo direito das nacionalidades oprimidas de disporem de si mesmas, inclusive o direito de separação, constituindo seus próprios governos, separados do governo federal e dos estaduais, com território, governo, costumes, religião, língua e cultura próprios”. Isso seria justo para os povos e nações indígenas, mas não para a população negra brasileira. A tese comunista foi, na verdade, a aplicação de uma diretiva da III Internacional aprovada no 6º Congresso realizado em 1928. Uma formulação equivocada, que não contribuiu para o melhor entendimento da “questão negra” nos países capitalistas, como Brasil e Estados Unidos.

A Conferência Nacional do PCB, realizada em julho de 1934, aprovou uma resolução que mostrou novamente o completo desconhecimento sobre o “problema negro” no país. Um dos tópicos curiosamente intitulava-se *Negros e índios escravizados*. Ele tratava os índios e negros como uma única e mesma coisa. Não distinguia as reivindicações centrais de cada um dos segmentos da população brasileira. Afirmava o documento: “No odioso regime em que vivemos, vós sofreis duplamente a opressão e a exploração: como classe e como nacionalidades escravizadas. Estribando-se no conceito escravocrata de raças ‘superiores’ e raças ‘inferiores’, as camarilhas dominantes aproveitam-no para explorar, perseguir e maltratar mais ainda”. E concluía com uma palavra-de ordem estranha para os dias de hoje: “pelo direito de constituídes vossos próprios governos, separados dos governos federal e estaduais, caminho pelo qual vos podereis desenvolver como nacionalidades com território, governo, costumes, religião, língua e cultura próprios”.

Um ano depois, Luís Carlos Prestes no *Manifesto* de julho de 1935 apresentou o programa revolucionário da Aliança Nacional Libertadora. Novamente a questão do direito do negro vem sob o título “Privilégio da raça, cor e nacionalidade”. Afirmava ele: “com a Aliança estarão todos os homens de cor do Brasil, os herdeiros das tradições gloriosas de Palmares, porque só a mais ampla democracia, de um governo realmente popular, será capaz de acabar para sempre com todos os privilégios de raça, de cor ou de nacionalidade, e dar aos pretos no Brasil a imensa perspectiva da liberdade e igualdade, livre de quaisquer

preconceitos reacionários, pela qual lutam com denodo há mais de três séculos”. A palavra-de-ordem de autodeterminação da comunidade negra parece que começava a ser superada, mas continuava o entendimento do “problema negro” como um problema de nacionalidade.

Gostaríamos aqui de destacar as contribuições de Leôncio Basbaum. Ele talvez tenha sido, na época, o intelectual comunista a mais atenção dedicar ao problema racial no Brasil. O seu livro pioneiro *A Caminho da Revolução*, publicado em 1934 com o pseudônimo Augusto Machado, possui um capítulo intitulado “A questão das raças e nacionalidades”, que começa assim: “No Brasil não há apenas o choque das classes – há também o das raças e das nacionalidades, ainda que este em muito menor importância que aquele”. Por isso seria “impossível tratar da Revolução operária e camponesa no país sem pensar nesses problemas” e seria “um grande erro pensar que são problemas de após a revolução. Essa falsa opinião ainda vigorante mesmo em alguns membros dirigentes do PCB, convém ser vigorosamente combatida”. Lembremos que quando Basbaum escreveu este livro estava afastado, e às turras com, da direção do PCB. Assim sendo, o texto não refletia as posições oficiais deste partido – embora estivesse em sintonia com as teses da Internacional Comunista.

Basbaum, em primeiro lugar, procurou fazer uma distinção que não estava clara nos documentos oficiais do PCB. O problema das nacionalidades, para ele, se referia ao grande número de imigrantes radicados no país e o problema das raças se referia aos negros e índios. Não é preciso grande análise para ver que as coisas ainda não estavam bem colocadas, pois o problema dos índios continuava sendo também um problema de nacionalidade, e que o problema dos imigrantes, necessariamente, não o era. Os imigrantes, em geral, estavam se integrando à sociedade brasileira, a exceção de alguns bolsões no Sul do país. Razões políticas, e métodos autoritários, fizeram esses bolsões ser dissolvidos às vésperas da Segunda Guerra Mundial.

A originalidade da obra está na sua maneira de desmascarar o racismo existente no país, incomum naquela época, mesmo entre as correntes de esquerda. Escreveu: “Somente a hipocrisia das classes dominantes e seus lacaios pode negar a existência do problema negro do Brasil (...). Ainda que esse preconceito não seja tão escandalosamente manifestado como nos Estados Unidos, onde os negros são linchados a propósito de nada, ele existe no Brasil de forma flagrante (...). De tal modo se acha arraigado esse preconceito que atingiu mesmo as classes trabalhadoras, onde ele não deveria existir, pois nas fábricas e no campo o branco trabalha igual ao negro”.

Os negros brasileiros eram oprimidos social, econômica e politicamente. Aqui tudo era dominado pelos brancos. “O branco é o patrão, é o gerente, é o fazendeiro, é o jornalista, é o deputado, é o oficial. O negro é o empregado, o trabalhador miserável, o operário dos trabalhos brutais, o eleitor sem voto, o soldado (...). O negro não pode entrar em certas barbearias, em certos hotéis, em certos cafés, em certos teatros ou cinemas (...). Apesar de que o branco seja em minoria no país, a República é representada por uma mulher branca (...). Não se admitem nem o pardo. Mas os pardos e os negros é a grande maioria do país (...). Esse preconceito, de fato, expulsa o negro dos trabalhos leves: o negro não pode ser garçom, barbeiro, caixeiro. Poderá ficar na cozinha, tratar do lixo ou carregar peso. Os bons empregos pertencem aos brancos (...). Até a religião do negro é fora da lei. O branco acha que a religião do negro é feitiçaria. Macumba não é religião, mas crime e bruxaria, porque tem certos ritos que os brancos não compreendem”.

Ele, de maneira pioneira e contra a opinião da maioria dos comunistas brasileiros, descobriu que o racismo não poderia ser extinto “com um decreto nem mesmo que este seja do governo Soviético do Brasil”. Por fim, acaba retomando a esdrúxula tese da autodeterminação dos negros brasileiros: “Os negros não possuem governos próprios (...). Na Bahia, por exemplo, onde os negros e pardos escuros constituem maioria absoluta não só não tem governo próprio, que pertence aos brancos, como nem influem nele”.

Basbaum escreveu esse livro no momento em que o prestígio da Frente Negra Brasileira estava no auge – se constituindo na maior entidade negra criada no Brasil até então. Ela havia sido fundada em 1931 e, em pouco tempo, já organizava milhares de negros principalmente em São Paulo. Seu porta-voz oficioso foi o jornal *A Voz da Raça*.

Esse jornal tinha como lema Deus, Pátria, Raça e Família. No seu primeiro número um dos artigos afirmava: “Não podemos, pois, permitir que impunemente uma geração atual (...) traia a Pátria, quer atirando-se nos erros materialistas do separatismo (...) quer namorando a terra-a-terra socialista na sua mais legítima expressão que desfecha no bolchevismo, pregado pelos traidores nacionais ou estrangeiros, e cuja resposta é e há de ser o aniquilamento violento, seja ele adotado por cidadão do povo, seja ele adotado por governos que traíam a nacionalidade. Não dar atenção aos fracos que forem caindo ou desanimando pelo caminho! Os poucos ou muito bravos que restarem das longas caminhadas de sofrimento e conquista serão

suficientes para despedaçar a última trincheira dos inimigos da Pátria e da Raça, que são quase sempre os mesmos”.

Em outro artigo de capa, publicado em 1933, Arlindo Veiga do Santos chegou a elogiar Hitler. Escreveu ele: “Levanta-se alarido pelos arraiais da incompetência, porque o ditador Hitler, no ato violento de repor à Alemanha as suas tradições, iniciou a campanha de afirmação prática da raça germânica, única com a qual pode contar aquela nação a fim de realizar a imensa obra de resgate nacional”. E concluiu: “Está certo Hitler! Tanto é expressiva, tanto ecoa na alma alemã (...), pois não há quem não veja que as atitudes fortes do grande chefe vão levantando da letargia um povo já desesperado da salvação com o ópio entorpecedor de 14 anos de república liberal-democrática”.

A Frente Negra formou milícias uniformizadas, típicas do fascismo, que tinham uma rígida disciplina e faziam treinamento militar. Seus membros chegaram mesmo a atacar grupos negros dissidentes. Por isso, dela acabaram se desprendendo pequenos grupos – de caráter democrático e socialista – que formaram outras organizações. Assim, paradoxalmente, a maior entidade negra da América do Sul nasceu sob o signo das doutrinas fascistas europeias.

Os comunistas foram críticos ferozes dos dirigentes e da ideologia apregoada pela Frente Negra. No seu livro Basbaum escreveu sobre ela: “Os negros, seguindo o seu instinto racial de ódio aos brancos fundaram em São Paulo a Frente Negra Brasileira. O fim desta sociedade é: organizar o negro para defender os interesses destes contra o preconceito do branco, para lutar contra as várias restrições que lhe impõe o branco, pois São Paulo é das cidades onde é maior esse preconceito. Em 6 meses essa sociedade tinha 25 mil membros, 13% da população negra da capital”.

Os seus dirigentes, para ele, eram “negros pequeno-burgueses, intelectuais (...) completamente corrompidos pela burguesia” que procuravam afastar “os negros da verdadeira luta pela sua independência, afastando-os da propaganda comunista”, pregando-lhes “o ódio ao trabalhador branco”. Criticava suas relações com o governo Vargas e as ilusões quanto a saídas legalistas.

Ele comparava a Frente Negra Brasileira com o garvismo norte-americano. Escreveu ele: “Há nos Estados Unidos um negro chamado Garvey, principal dirigente da emancipação negra (...) na África. O ideal por ele pregado é a volta dos negros à África. Em tudo mais é um laçao dos brancos dos capitalistas norte-americanos. O seu principal encargo é (...), em suma, dividir o proletariado. (...) A política seguida pelos dirigentes negros do Brasil não é apenas análoga, mas igual em tudo e seguem abertamente a política de Garvey (...). Praticamente a Frente Negra, se não o é ainda, se transformará num forte instrumento do imperialismo americano, por intermédio desse Garvey”.

Um visível exagero, visto que a proposta da Frente Negra era nacionalista – ainda que de direita – e integracionista. Ou seja, pretendiam integrar o negro na sociedade de classe brasileira e não romper com ela e muito menos pregavam o êxodo para África, Haiti ou mesmo para alguma região distante do país. Pelo contrário, a proposta de Basbaum – que segue na mesma linha de incompreensão da Internacional Comunista – acabava tendo uma estanha proximidade com o garvismo, ao defender a “autodeterminação e o direito dos negros de disporem de si mesmos, de se estabelecerem em Estados autônomos e independentes”. Esta posição, de fundo segregacionista, seria mantida pelos comunistas até o 7º Congresso da IC, realizado em 1935, e continua sendo defendida por várias correntes trotskistas até os dias de hoje.

A título de conclusão provisória podemos afirmar ter existido um atraso por parte dos comunistas em compreender a importância da luta antirracista no Brasil. No entanto, os comunistas, por sua ação política em defesa da democracia, da soberania nacional e dos direitos sociais do povo, ajudaram a criar uma situação muito mais favorável para a luta do movimento negro contra o racismo. Mas, o relativo atraso cobrou um alto preço, pois levou, em vários momentos da nossa história, o movimento negro a ser hegemônico por forças de direita, inclusive profascistas.

Atualmente é forte a tendência multiculturalista – anticomunista – no seio de parcelas importantes do movimento negro. Por isso, os comunistas brasileiros devem trabalhar para recuperar o tempo perdido – com humildade reconhecer seus erros e limites – e avançar no estudo das “questões raciais” e na elaboração de políticas adequadas, que ajudem a superar o racismo ainda existente em nossa sociedade. Este capítulo é apenas uma pequena contribuição nesse esforço coletivo levado a cabo atualmente pelo Partido Comunista do Brasil.

V- BIBLIOGRAFIA DO 5º CAPÍTULO

- BOU, Luis César. “África y la historia”, in *Observatorio de conflictos*. Argentina, janeiro de 2003.
- CARONE, Edgard. *O PCB: 1922 a 1943*, Difel, SP, 1982.
- COLE, G. D. H. *Historia del pensamiento socialista III – La Segunda Internacional*, Fondo de cultura económica, México, 1975.
- CUTI, José Correia Leite. *...E disse o velho militante José Correia Leite*, Prefeitura Municipal de São Paulo, 1992.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*, volumes 1 e 2, Dominus/Edusp, 1965.
- FRANKLIN, John Hope e MOS JR., Alfred A. *Da escravidão à liberdade – A história do negro americano*, Nórdica, RJ, 1989.
- GORENDER, Jacob. *Brasil em preto & branco*, Senac, SP, 2000.
- LEITE, Dante Moreira. *O Caráter nacional brasileiro*, Pioneira, SP, 1976.
- LOWY, Michael. *Nacionalismos e internacionalismos*, Xamã, SP, 2000.
- LUKÁCS, Georg. *El asalto a la razón: La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*, Grijalbo, Barcelona-México, 1972.
- MACHADO, Augusto (pseudônimo de Leôncio Basbaum). *Caminho da revolução operária e camponesa*, Calvino Filho, RJ, 1934.
- MARX, K. *El colonialismo*, Grijalbo, México, DF, 1970.
- MARX, K. e ENGELS, F. *Contribuição para uma história da América Latina*, Edições populares, SP, 1982.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*, Global, SP, 1988.
- MAYER, Fritz (pseudônimo de Octávio Brandão). *Agrarismo e industrialismo*, 1926.
- MORAES, Antonio Carlos. *Introdução a Ratzel, Grandes Cientistas Sociais*, Ática, SP, 1999.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*, Ática, SP, 1988.
- _____. *Dialética radical do Brasil negro*, Anita Garibaldi, SP, 1994.
- _____. *As injustiças de Clío – o negro na historiografia brasileira*, Oficina de Livros, BH, 1990.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Pan-africanismo na América do Sul*, Vozes, Petrópolis, 1981.
- PEREIRA, Astrojildo. *Ensaio histórico e político*, Alfa-Ômega, SP, 1979.
- PINSKY, Jaime (org.). *Questão nacional e marxismo*, Brasiliense, SP, 1980.
- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*, Cia. Editora Nacional, SP, 1976.
- RUY, José Carlos. “O sonho racista de um povo branco”. in *Colunas*, portal **Vermelho** – www.vermelho.org.br.
- SANTOS, Joel Rufino dos. *O que é racismo*, Brasiliense-Abril Cultural, SP, 1984.
- SCHLESINGER, Rudolf. *La Internacional Comunista y el problema colonial, Pasado y presente*, Buenos Aires, 1974.
- SCHWARCS, Lilia Moritz. “As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: O contexto brasileiro”, in SCHWARCS, L. M. e QUEIRÓS, Renato da Silva. *Raça e diversidade*, Edusp, SP.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco – Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, Paz e Terra, RJ, 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A Ideologia do Colonialismo*, Vozes, Petrópolis, 1984.
- SPILIMBERGO, Jorge Enea. *A questão nacional em Marx*, Insular, Florianópolis, 2002.
- VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*, verbete Conde de Gobineau, Objetiva, 2002.
- Los cuatro primeros congresos de la Internacional Comunista, 2 partes, Pasado y presente*, Buenos Aires, 1977.
- V Congreso de la Internacional Comunista – 2 partes – Pasado y presente, Buenos Aires, 1975.
- VI Congreso de la Internacional Comunista – 2 partes – Pasado y presente, México, 1977.

[Nota do autor:]

Este capítulo serviu como subsídio para intervenção do autor no Seminário “O povo brasileiro na luta pela igualdade”, promovido pelo Instituto Maurício Grabois (IMG) nos dias 16 e 17 de abril de 2005.